

16º Exame de Ordem - 1ª fase - 2001

Direito Civil

1. Em relação aos direitos da personalidade, assinale a alternativa incorreta:

- (a) Constituem o mínimo necessário do conteúdo da própria personalidade;
- (b) O sentido econômico desses direitos é absolutamente secundário e só aflorará quando transgredidos;
- (c) São direitos inerentes ao próprio homem, irrenunciáveis, prescritíveis e, via de regra, intransmissíveis;
- (d) Cabe à pessoa ofendida pedir indenização pelo dano moral como sucedâneo da infringência dessa categoria jurídica.

2. Em relação ao abuso do direito é correto afirmar:

- (a) Só se configura nos casos em que os direitos são exercidos com a intenção de prejudicar;
- (b) Será abusivo o exercício do direito que exceder manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes;
- (c) O Código Civil não consagrou, nem mesmo indiretamente, a teoria do abuso de direito;
- (d) A culpa e o dolo integram necessariamente a noção de ato abusivo.

3. A novação tem como características:

- (a) Não extingue a dívida primitiva, há simplesmente um novo objeto;
- (b) Mesmo havendo estipulação em contrário não se extinguem os acessórios e garantias da dívida anterior, que poderão ser exigidos judicialmente;
- (c) O credor assume o novo devedor, porém tem ação contra o primitivo devedor em caso de insolvência do novo devedor, mesmo em caso de boa-fé;
- (d) Não se presume a intenção de novar. Na dúvida, entende-se que houve confirmação da obrigação ou se criou nova obrigação.

4. As obrigações solidárias passivas caracterizam-se por:

- (a) Sua indivisibilidade;
- (b) Serem exigíveis totalmente, apenas, de um dos devedores;
- (c) Serem exigíveis total ou parcialmente de qualquer dos devedores;
- (d) Sua indivisibilidade e possibilidade de exigência conjunta ou individualmente, total ou parcialmente, de qualquer dos devedores.

5. Acerca da audiência de conciliação prevista no art. 331 do CPC, é correto dizer que:

- (a) É ela sempre obrigatória;
- (b) Deve ter, obrigatoriamente, a presença pessoal das partes;
- (c) Pode não ser realizada, em alguns casos, como as hipóteses de julgamento antecipado da lide;
- (d) Confunde-se com a audiência de instrução e julgamento do feito, ocorrendo na mesma oportunidade.

6. Assinale a alternativa correta:

- (a) Nas ações possessórias, é cabível a reconvenção;
- (b) É possível ao réu, no procedimento sumário, deduzir pretensão em face do autor na própria contestação;
- (c) A ação renovatória não tem caráter dúplice;
- (d) A reconvenção deve ser autuada em apenso à ação principal.

7. A preclusão lógica para prática de um ato processual deriva:

- (a) Do escoamento do prazo para prática de um ato processual;
- (b) Da manifestação expressa da parte no sentido de conformar-se com o ato ou decisão judicial;
- (c) Da revelia;
- (d) Da prática de ato processual incompatível com o ato que poderia ser praticado.

8. Quanto à ação monitória, é errado dizer que:

- (a) Os embargos do réu não são ação do mesmo em face do autor, mas mero exercício de defesa;
- (b) Mesmo ofertados os embargos, o ônus da prova do direito invocado é do autor da monitória;
- (c) É admitida com base em prova apenas testemunhal do crédito perseguido, desde que arroladas devidamente as testemunhas na inicial, com nome, endereço e qualificação;
- (d) Não oferecidos os embargos, constitui-se o título executivo judicial, de pleno direito.

Direito Penal

9. Como regra, se o agente, mediante uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes diversos, aplica-se-lhe:

- (a) Cumulativamente, as penas cabíveis, por tratar-se de concurso formal;
- (b) A mais grave das penas, aumentada de um sexto até a metade, por tratar-se de crime continuado;
- (c) A mais grave das penas, aumentada de um sexto até a metade, por tratar-se de concurso formal;
- (d) Cumulativamente, as penas cabíveis, por tratar-se de concurso material.

10. A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro adquiriu cadáver para ser utilizado por seus alunos em aulas práticas. Entretanto, um de seus alunos, pretendendo utilizar o cadáver com caráter de exclusividade, resolveu subtraí-lo, levando-o para sua residência. Qual dos crimes foi praticado pelo aluno:

- (a) Subtração ou ocultação de cadáver;
- (b) Vilipêndio a cadáver;
- (c) Destruição de cadáver;
- (d) Furto.

11. Nos crimes em que é exigível a representação do ofendido, após o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público.

- (a) Pode haver retratação;
- (b) Não se admite a retratação;
- (c) Admite-se a concessão de perdão;
- (d) A denúncia deixa de ter valor como peça acusatória.

12. Em qual dos crimes abaixo não se admite a co-autoria:

- (a) Próprios;
- (b) Culposos;
- (c) De mão própria;
- (d) Comissivos.

13. Nos crimes de ação penal pública condicionada à representação, é correto afirmar que o ofendido:

- (a) Poderá se retratar da representação a qualquer momento, antes de transitar em julgado a decisão condenatória;
- (b) Nunca poderá se retratar de uma representação já oferecida;
- (c) Poderá se retratar da representação antes de oferecida a denúncia;
- (d) Todas as respostas estão incorretas.

14. A prisão em flagrante é uma espécie de:

- (a) Prisão de natureza cautelar;
- (b) Prisão administrativo-disciplinar;
- (c) Pena privativa de liberdade;
- (d) Todas as respostas estão incorretas.

15. Pode-se afirmar que a Revisão Criminal é:

- (a) Uma ação de impugnação;
- (b) Uma espécie de agravo;
- (c) Um recurso de ofício;
- (d) Todas as respostas estão incorretas.

16. Qual o recurso cabível contra acórdão que, por maioria, julga improcedente uma ação de *habeas corpus*:

- (a) Embargos Infringentes;
- (b) Embargos de Nulidade;
- (c) Recurso Ordinário de *Habeas Corpus*;
- (d) Todas as respostas estão incorretas.

Direito Trabalhista

17. Reconsiderado o aviso prévio dado durante o seu curso:

- (a) A aceitação do empregador é inevitável ante ao Princípio Protetor do Direito do Trabalho, se a parte notificante for o empregado;
- (b) É facultado à parte notificada aceitar ou não a reconsideração, sendo que uma vez aceita o contrato de trabalho continuará a vigorar, como se o aviso prévio não tivesse sido dado;
- (c) É facultado à parte notificada aceitar ou não a reconsideração, sendo que uma vez aceita o contrato de trabalho só continuará a vigorar se outro ajuste contratual vier a ser celebrado;
- (d) É facultado à parte notificada aceitar ou não a reconsideração, em manifestação por escrito, obrigatoriamente, sendo que uma vez aceita o contrato de trabalho continuará a vigorar, como se o aviso prévio não tivesse sido dado.

18. É correto afirmar que:

- (a) O trabalho em regime de tempo parcial é aquele cuja duração não excede a vinte e cinco horas semanais, porém o trabalhador recebe o pagamento integral destas horas;
- (b) Em quaisquer hipóteses são computadas as horas despendidas pelo empregado até o seu local de trabalho e para seu retorno,

independente do meio de transporte utilizado;

(c) Por força de acordo individual ou coletivo, o excesso de horas em um dia pode ser compensado pela correspondente diminuição em outro dia normal de trabalho, no prazo máximo de 120 dias, sem que essa majoração implique em acréscimo no salário do empregado;

(d) Não são computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto quando não excedente de cinco minutos, observando o limite diário máximo de dez horas.

19. Nas reclamações sujeitas ao procedimento sumaríssimo o recurso ordinário é interponível quando:

(a) A sentença violar literal disposição da lei, contrariar súmula da jurisprudência uniforme do TST, ofender diretamente o texto constitucional, sendo vedada a discussão de matéria de fato;

(b) A sentença violar literal disposição da lei, contrariar súmula da jurisprudência uniforme do STF, ofender diretamente o texto constitucional, sendo vedada a discussão de matéria de fato;

(c) A sentença violar literal disposição da lei, acordo ou convenção coletiva de trabalho, contrariar súmula da jurisprudência uniforme do TST, ofender diretamente o texto constitucional, sendo vedada a discussão de matéria de fato;

(d) A sentença violar literal disposição da lei, contrariar súmula da jurisprudência uniforme do TST, ofender diretamente o texto constitucional, não sendo vedada a discussão de matéria de fato.

20. As Comissões de Conciliação Prévia:

(a) São instituídas, em caráter obrigatório, em composição paritária, com representantes dos empregados sempre em número superior ao dos empregadores, com a atribuição de tentar conciliar os conflitos individuais de trabalho existentes;

(b) São instituídas, facultativamente, em composição paritária, com representantes dos empregados e dos empregadores, observado o número mínimo de dois e, máximo, dez membros, quando no âmbito das empresas, com a atribuição de tentar conciliar os conflitos individuais de trabalho existentes;

(c) São instituídas, facultativamente, em composição paritária, com representantes dos empregados e dos empregadores, observado o número mínimo de dois e, máximo, dez membros, quando no âmbito das empresas ou em caráter intersindical, com a atribuição de tentar conciliar os conflitos individuais de trabalho existentes;

(d) São instituídas, facultativamente, em composição paritária, com representantes dos empregados e dos empregadores, observado o número mínimo de dois e máximo, dez membros, quando no âmbito das empresas, com a atribuição de tentar conciliar os conflitos individuais e coletivos de trabalho existentes.

21. A empregada de Lucia de Moura Ribeiro, Presidente do sindicato que representa os empregados contratados por seu empregador foi demitida por colar um cartaz em local proibido conforme circular interna da empresa com quem mantém contrato de trabalho. O empregador afastou a empregada e após trinta e cinco dias do fato por ele considerado grave, ajuizou o inquérito para apuração de falta grave na Justiça do Trabalho, considerando que a empregada além de dirigente sindical é não optante pelo Regime do FGTS com dez anos de contrato de trabalho antes da promulgação, em 1988, da Constituição Federal. Observando o enunciado da questão pode-se afirmar que:

(a) A empregada cometeu um ato de insubordinação, porém é evidente que o empregador não exerceu o seu direito de despedir a empregada através da ação de inquérito, ante a decadência do prazo para a propositura do inquérito, podendo ser determinada a reintegração da empregada de acordo com o disposto no art. 659, X, da CLT;

(b) A empregada cometeu um ato de indisciplina, porém é evidente que o empregador não exerceu o seu direito de despedir a empregada através da ação de inquérito, ante a intempestividade do prazo para a propositura do inquérito, podendo ser determinada a reintegração da empregada de acordo com o disposto no art. 659, X, da CLT;

(c) A empregada cometeu um ato de indisciplina, porém é evidente que o empregador não exerceu o seu direito de despedir a empregada

através da ação de inquérito, ante a decadência do prazo para a propositura do inquérito, podendo ser determinada a readmissão da empregada de acordo com o disposto no art. 659, X, da CLT;

(d) A empregada cometeu um ato de indisciplina, porém é evidente que o empregador não exerceu o seu direito de despedir a empregada através da ação de inquérito, ante a decadência do prazo para a propositura do inquérito, podendo ser determinada a reintegração da empregada de acordo com o disposto no art. 659, X, da CLT.

22. Durante o contrato de trabalho de Luiz Felipe Máximo, é deflagrada uma greve com paralisação total da empresa, o que implica:

(a) Na interrupção do contrato de trabalho do empregado, em tal período, sendo as relações obrigacionais regidas pela autonomia da vontade das partes (convenções ou acordos coletivos de trabalho), pelo laudo arbitral ou decisão da Justiça do Trabalho;

(b) Na extinção do contrato de trabalho do empregado, em tal período, sendo as relações obrigacionais regidas pela autonomia da vontade das partes (convenções ou acordos coletivos de trabalho), pelo laudo arbitral ou decisão da Justiça do Trabalho;

(c) Na suspensão do contrato de trabalho do empregado, em tal período, sendo as relações obrigacionais regidas pela autonomia da vontade das partes (convenções ou acordos coletivos de trabalho), pelo laudo arbitral ou decisão da Justiça do Trabalho;

(d) Na suspensão do contrato de trabalho do empregado, em tal período, sendo as relações obrigacionais regidas pelo laudo arbitral ou decisão da Justiça do Trabalho.

Direito Comercial

23. Nome empresarial é:

(a) O mesmo que "marca de indústria, comércio e serviços";

(b) O mesmo que "título do estabelecimento ou nome de fantasia";

(c) Sinal distintivo do empresário, seja ele pessoa natural ou jurídica;

(d) Sempre equivalente ao patronímico do empresário.

24. O estabelecimento do comerciante tem sempre:

(a) Elementos ativos e passivos;

(b) Elementos ativos corpóreos e incorpóreos;

(c) Matriz e filiais;

(d) Ponto comercial e clientela de varejo.

25. Pode-se presumir a existência de sociedade mercantil quando:

(a) 2 ou mais pessoas propõem um gerente comum e usam o pronome nós nas cartas, faturas, contas e outros documentos comerciais;

(b) 3 ou mais pessoas se reúnem sempre no mesmo local e com frequência, ao longo de um mês, para debater como será a empresa que desejam criar;

(c) Marido e mulher vivem em residências separadas, mas trabalham juntos no mesmo consultório médico;

(d) Uma empresa sediada no exterior outorga procuração a um advogado domiciliada no território nacional para que este a represente nas assembléias gerais de sociedade brasileira da qual a primeira é acionista.

26. Marque a alternativa que considera errada:

(a) Um cheque administrativo não poderá ser sustado;

(b) O sacado que paga cheque à ordem está obrigado a verificar a regularidade da série de endossos, mas não está obrigado a verificar a

autenticidade das assinaturas;

(c) A tradição da coisa vendida pelo comerciante, na falta de estipulação expressa, se dará no local em que se encontrava a coisa ao tempo da venda;

(d) O vendedor comerciante pode reservar-se o domínio da coisa até que o respectivo preço seja integralmente pago.

Direito Tributário

27. Recentemente os Jornais noticiaram que a Delegacia do Meio Ambiente da Polícia Civil, assim como a Polícia Federal e IBAMA, interditaram o Bwana Park, em Guaratiba, RJ. No referido local foram encontrados diversos cadáveres dos seguintes animais: jabutis, emas, chipanzés, araras, tigres, onças, lontras, cisnes, papagaios, entre outros. Pelo cenário encontrado, criou-se a suspeita de que os animais seriam empalhados, sendo posteriormente vendidos no mercado paralelo. A atividade de empalhamento está sujeita a seguinte tributação:

(a) Imposto Sobre Serviços - ISS;

(b) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS;

(c) Imposto de Transmissão Causa Mortis - ITCM;

(d) Imposto sobre a Renda - IR.

28. A isenção do ICMS somente poderá ser concedida em virtude de(a):

(a) Constituição;

(b) Lei;

(c) Convênio;

(d) Decreto.

29. O Estatuto da Cidade (Lei 10.257, de 10 de junho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal) é uma norma que disciplina o(a):

(a) IPTU Progressivo;

(b) Sobretaxa;

(c) Empréstimo Compulsório;

(d) IPVA.

30. As últimas alterações do Código Tributário Nacional - CTN (Lei 5.172/66), surgiram pela:

(a) Constituição Federal;

(b) Lei Complementar;

(c) Emenda Constitucional;

(d) Medida Provisória.

Direito Internacional

31. Um testamento celebrado na Itália, segundo a lei italiana, visto pelo Consulado do Brasil em Roma e devidamente traduzido para o vernáculo, terá eficácia no Brasil para execução, desde que:

(a) Seja homologado pelo Supremo Tribunal Federal;

(b) Seja ratificado pelo Congresso Nacional;

(c) Não ofenda à Soberania, à Ordem Pública e aos Bons Costumes nacionais;

(d) Amparado por protocolos junto ao Ministério das Relações Exteriores.

32. A saída coercitiva do estrangeiro do Brasil está prevista no Estatuto do Estrangeiro. Assim, podemos afirmar:

- (a) O estrangeiro que tiver filho brasileiro seu dependente, não poderá ser extraditado do Brasil;
- (b) A deportação do estrangeiro somente poderá ocorrer se ele não tiver cônjuge brasileiro;
- (c) A expulsão do estrangeiro é competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal;

(d) Todas as alternativas estão erradas.

33. Suely, brasileira, residente em Paris, é casada com um alemão e, com ele, tem um filho, nascido em Portugal. Supondo-se que a Alemanha e Portugal adotam o princípio do *ius sanguinis*, pergunta-se: Qual a nacionalidade da criança?

- (a) Apenas portuguesa por ter ele nascido em Portugal;
- (b) Alemã e portuguesa, face ao *ius sanguinis*;
- (c) Apenas alemã, por ser a nacionalidade do pai;

(d) Todas as respostas estão incorretas.

34. O Visto de Turista é:

- (a) Exigido para qualquer estrangeiro que pretenda vir morar no Brasil;
- (b) Dispensado, apenas, para nacionais integrantes da Comunidade Comum Européia;
- (c) Obrigatório para quaisquer estrangeiros que pretendam vir temporariamente ao Brasil;

(d) Todas as afirmativas são falsas.

Direito Constitucional

35. Assinale, dentre as alternativas abaixo, a afirmação verdadeira:

- (a) O Poder Constituinte derivado decorrente institucionalizador é exercitado pelo Congresso Nacional, de forma ilimitada e incondicionada, para prover a reforma da Constituição Federal;
- (b) A proposta de emenda à Constituição aprovada pelas Casas do Congresso Nacional, em dois turnos de discussão e votação, será encaminhada ao Presidente da República que, aquiescendo, a sancionará;
- (c) As cláusulas pétreas, hospedadas no art. 60 § 4º, da Constituição Federal, revelam hipótese de limitação material explícita ao poder de reforma constitucional;
- (d) As Constituições do tipo rígido somente poderão ser alteradas por atividade de Assembléia Constituinte, convocada, especialmente, para tal fim.

36. Em tema de controle de constitucionalidade:

- (a) Compete privativamente ao Senado Federal suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva dos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais;
- (b) A concessão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação em sentido contrário;
- (c) Podem propor a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual o Presidente da República, a Mesa do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, de Assembléia Legislativa e da Câmara Legislativa do Distrito Federal, o Governador de Estado ou

do Distrito Federal, o Procurador-Geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, partido político com representação no Congresso Nacional e confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional;

(d) A arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente da Constituição Federal, prevista no art. 102, § 1º, da Carta Magna, será proposta perante o Superior Tribunal de Justiça.

37. Com pertinência ao Estado Federal e à Federação brasileira, indique a hipótese INCORRETA, dentre as que se seguem:

(a) O Estado Federal é uma modalidade de Estado composto, caracterizado pela união de coletividades políticas autônomas;

(b) A Federação brasileira surgiu como caso típico de federalismo por segregação, partindo de Estado unitário;

(c) No Estado Federal, é manifesta a participação da vontade dos Estados federados (parciais) na formação da vontade nacional (geral), o que ocorre, no Brasil, através dos seus representantes no Senado Federal;

(d) Na Federação brasileira, os Estados federados, assim como os Municípios e o Distrito Federal, além dos Territórios, organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios constantes do Texto Federal.

38. Indique, dentre as proposições abaixo, versando sobre processo legislativo, a formulada com INCORREÇÃO em face do sistema constitucional vigente:

(a) A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início no Senado Federal;

(b) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda à Constituição tendente a abolir a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais;

(c) As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta;

(d) O veto apostado pelo Presidente da República a projeto de lei será apreciado, pelo Congresso Nacional, em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores, em escrutínio secreto.

39. Marque, com alusão aos Poderes, a opção correta:

(a) Os Vereadores possuem inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Estado;

(b) As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos dos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente;

(c) A representação judicial e extrajudicial da União, assim como as atividades de consultoria e assessoramento do Poder Executivo, é de atribuição exclusiva do Ministério Público da União;

(d) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal.

40. Com vista aos remédios constitucionais, assinale a alternativa formulada com correção:

(a) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado pelo Ministério Público, pela União, pelos Estados e Municípios, por autarquia, empresa pública, fundação sociedade de economia mista ou por associação que esteja constituída há pelo menos um ano, nos termos da lei civil, e que inclua entre suas finalidades institucionais, dentre outras, a proteção ao meio ambiente e ao consumidor;

(b) A ação popular pode ser proposta, exclusivamente, pelo Presidente da República, pela Mesa do Senado Federal, pela Mesa da Câmara dos Deputados ou pelo Procurador-geral da República;

(c) Conceder-se-á *habeas data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constante de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo, bem como para a anotação nos assentamentos do interessado, de contestação ou explicação sobre dado

verdadeiro mas justificável e que esteja sob pendência judicial ou amigável;

(d) Conceder-se-á mandado de injunção para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

Direito Administrativo

41. No Brasil, em virtude da Lei Federal 8.666/93, é vedada a inexigibilidade de licitação para contratação de serviço de:

- (a) Restauração de obra de arte;
- (b) Publicidade e divulgação;
- (c) Patrocínio de causas judiciais;
- (d) Auditoria financeira.

42. A atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos chama-se:

- (a) Serviço público;
- (b) Fomento;
- (c) Poder de polícia;
- (d) Intervenção na economia.

43. Sobre o serviço funerário, assinale a afirmativa falsa:

- (a) O negócio jurídico entre o administrador de cemitério público e o administrado tem natureza contratual.
- (b) O serviço funerário, por ser assunto de interesse local, é de competência municipal.
- (c) Um cemitério público pode ser administrado por entidade privada.
- (d) Os cemitérios públicos são bens dominicais.

44. De acordo com a Lei Federal 8.987/95, a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização chama-se:

- (a) Encampação;
- (b) Caducidade;
- (c) Rescisão;
- (d) Reversão.

Deontologia Jurídica

45. Um Advogado militante, inscrito na OAB-RJ, foi eleito e empossado Deputado Estadual no Estado do Rio de Janeiro.

Pergunta-se: como fica a situação daquele Advogado junto à OAB-RJ e no exercício da advocacia?

- (a) Continuará inscrito na OAB-RJ e exercendo a advocacia normalmente, sem qualquer restrição;
- (b) Continuará inscrito na OAB-RJ e exercendo a advocacia, ficando, porém, impedido de advogar contra ou a favor das pessoas jurídicas de direito público, empresas públicas, sociedades de economia mista, etc;

(c) Terá sua inscrição na OAB-RJ cancelada e, conseqüentemente, não poderá mais exercer a advocacia;

(d) Será licenciado da OAB-RJ e não poderá exercer a advocacia enquanto for Deputado Estadual.

46. O Advogado MARCELO ALVES PEREIRA violou, sem justa causa, um segredo que lhe fora confidenciado por um Cliente.

Pergunta-se: Sendo ele primário, qual a punição disciplinar cabível na hipótese?

(a) Exclusão no quadro da OAB-RJ;

(b) Suspensão, simples ou com multa;

(c) Censura, simples ou com multa;

(d) Multa, somente.

47. Qual das afirmações abaixo fere dispositivo do Código de Ética e Disciplina da OAB?

(a) Concluída a causa que patrocinava, o Advogado é obrigado a devolver ao cliente os documentos e valores recebidos, não podendo retê-los mesmo quando tem honorários a receber daquele cliente;

(b) O Advogado não pode funcionar num processo, simultaneamente, como patrono e preposto do cliente;

(c) O Advogado pode recusar a defesa de uma causa criminal, quando se tratar de crime hediondo;

(d) O Advogado é obrigado a guardar segredo profissional, mas pode violá-lo para defender sua honra profissional.

48. O Advogado CARLOS ALBERTO ROCHA, constituído por FÁBIO TINOCO para representá-lo numa ação de usucapião, ajustou com este os seus honorários em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), conforme contrato de honorários que firmaram por instrumento particular de 10 de janeiro de 1999. Concluído o seu trabalho profissional e não conseguindo receber de Fábio Tinoco, amigavelmente, os honorários que contrataram, o que deve fazer Carlos Alberto Rocha para recebê-los?

(a) Propor uma Execução por Quantia Certa;

(b) Propor uma Ação de Cobrança, pelo Procedimento Sumário;

(c) Propor uma Ação de Cobrança, pelo Procedimento Ordinário;

(d) Propor uma Ação de Prestação de Contas.

49. Na constituição de uma sociedade de Advogados pelos advogados PEDRO RIBEIRO, MAURO SILVA, RICARDO TEIXEIRA e JURANDIR MOREIRA, qual das denominações abaixo a OAB recusará para registrá-la?

(a) TEIXEIRA & SILVA, advogados Associados S.C.

(b) RIBEIRO & SILVA, Advogados Associados Ltda.

(c) Escritório de Advocacia PEDRO RIBEIRO.

(d) JURANDIR MOREIRA & Advogados Associados.

50. Qual dos procedimentos abaixo configura uma Lide Temerária?

(a) Sem se fazer representar por um colega, o Advogado propõe contra seu cliente ação de cobrança de honorários, porque o mesmo não pagou o que devia;

(b) Sem procuração do locatário (que estava fora do País), um Advogado propõe, pelo mesmo, Ação Renovatória de locação não residencial, no penúltimo dia do prazo legal;

(c) Após renunciar ao mandato do Autor de uma Ação de Ressarcimento de Danos, o Advogado recebe procuração do réu e passa a representá-lo na mesma Ação de Ressarcimento de Danos;

(d) Após receber o crédito, sem devolver o título respectivo (Nota Promissória), o "credor" (representado por seu advogado) propõe Execução

por Quantia Certa em face do emitente do referido título.